



Revista História da Educação

ISSN: 1414-3518

rhe.asphe@gmail.com

Associação Sul-Rio-Grandense de

Pesquisadores em História da Educação

Brasil

de Morais Limeira, Aline; Nascimento, Fátima

ENTRE O ALTAR E O TRONO: INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO NA CAPITAL IMPERIAL

Revista História da Educação, vol. 16, núm. 38, septiembre-diciembre, 2012, pp. 167-198

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação

Rio Grande do Sul, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627347009>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

ENTRE O ALTAR E O TRONO: INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO NA CAPITAL IMPERIAL

Aline de Moraes Limeira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Fátima Nascimento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.



Resumo

Ao reconhecer que a produção da forma escolar moderna se efetivou por intermediações de forças distintas, investigamos iniciativas particulares de educação promovidas pela Igreja Católica. A partir das propagandas do *Almanak Laemmert* e de diversas informações do jornal *O Apóstolo*, foi possível localizar vestígios acerca da estrutura física, planos de estudos e valores propostos por alguns colégios particulares na Corte Imperial. O recorte cronológico abrange as décadas de 1870 e 1880, que compreendem a época da reforma Leôncio de Carvalho (1879). Também procuramos refletir acerca das relações estabelecidas entre o Estado Imperial e a Igreja Católica, e observar imbricações entre poderes públicos e privados, fenômeno que ultrapassa a sociedade oitocentista.

Palavras-chave: ensino primário, colégios religiosos, corte imperial.

BETWEEN THE ALTAR AND THRONE: INITIATIVES OF SCHOOLING IN IMPERIAL CAPITAL

Abstract

Recognizing that adherence to the way modern school was made by different forces, we investigate private education initiatives promoted by the Catholic Church in the Imperial Court. From the advertisements that circulated *Almanak Laemmert* and *O Apóstolo* the newspaper was unable to locate information about the physical structure, curricula and amounts charged for those colleges. Establishing the chronological cut the 1870s and 1880s, which comprise the time of Reformation Leôncio de Carvalho (1879), we also reflect on the relationships established between the Imperial State and the Catholic Church an expression of the imbrications of public and private, a brandsociety in the nineteenth century.

Key-words: primary education, religious colleges, the imperial court.

ENTRE EL ALTAR Y EL TRONO: INICIATIVAS INSTRUCCIÓN EN IMPERIAL CAPITAL

Resumen

Reconociendo que la construcción de forma de la escuela moderna fue dado por el área de fuerzas distintas, investigar iniciativas privadas de educación promovidos por la Iglesia Católica en la Corte Imperial. Desde anuncios Almanak Laemmert y diversa información del diario Las huellas Apóstol se puede encontrar acerca de la estructura física, los programas y las cantidades cobradas por los colegios. El establecimiento de la cronología de la saturación de la década de 1870 y 1880, que comprenden la Reforma era de Leoncio de Carvalho (1879), también tratamos de reflexionar sobre las relaciones que se establecen entre el Estado Imperial y la Iglesia Católica, teniendo en cuenta la interacción entre público y privado, un fenómeno que va más allá de sociedad del siglo 19.

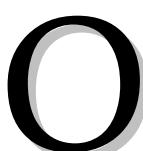
Palabras clave: escuelas primarias, escuelas religiosas, la corte imperial.

ENTRE L'AUTEL ET LE TRÔNE: INITIATIVES DE SCOLARISATION DANS LA CAPITALE DE L'EMPIRE BRÉSILIEN

Résumé

Reconnaissant que la construction de la forme scolaire moderne s'est produite par différentes entreprises des forces diverses, on avons cherché sur les initiatives de l'enseignement privé promus par l'Église catholique dans la Cour impériale. A partir des annonces de Almanak Laemmert et diverses informations du journal *O Apóstolo* on a pu trouver des traces sur la structure physique, les plans d'études et les valeurs recueillies par ces collèges. Instituant comme découpage chronologique les années 1870 et 1880, qui comprennent le temps de la réforme Leônico de Carvalho (1879), visent également à réfléchir sur les relations établis entre l'État l'impérial et de l'Église catholique, notant des articulations entre public et privé, phénomène qui va au-delà de la société du 19e siècle.

Mots-clé: enseignement primaire, collèges religieuses, cour imperial.



Os estudos históricos acerca da educação têm permitido aprofundar a percepção que hoje se tem acerca da presença e dos efeitos da instituição escolar no espaço da Corte Imperial brasileira, no século 19.

Nesse tempo a formação do povo adquiriu visibilidade e muitos foram os debates e ações em prol do projeto de escolarização.

De uma maneira geral, é sabido que a constituição da forma escolar moderna foi feita por forças distintas. Atuando na formalidade ou informalidade, muitos se empenharam na tarefa, tornando-se os principais responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por uma vasta série de iniciativas de caráter educativo. Estas forças eram públicas e privadas: Estado Imperial (escolas, cursos noturnos, liceus, aulas gratuitas), sociedade civil (agremiações, grupos, associações, sociedades, instituições religiosas, colégios particulares, clubes, seminários).

Ao lado do poder público com suas ações, leis e projetos em favor da promoção do ensino, da afirmação e expansão da escola, a esfera privada se destacou por sua atuação. No quadro abaixo, elaborado a partir de fontes como o *Relatório dos Ministros do Império*, *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro* e de informações registradas por José Ricardo Pires de Almeida¹, é possível atentar para números referentes à participação dos particulares na oferta do ensino na Corte Imperial brasileira.

Tabela 1

Números de instituições públicas e particulares (1950-1880).

Instrução primária e secundária		
Ano	Escolas públicas	Colégios particulares
1850	333	885
1860	446	992
1870	447	1.114
1880	1.106	1.192

Fonte: Limeira, 2010, p.100

O impulso à atuação dos particulares fazia parte da política de instrução pública do governo imperial. As estratégias de apoio às instâncias privadas não se resumiam aos discursos favoráveis, às legislações que lhe garantiam o direito de liberdade de ensino, como a Reforma Couto Ferraz (1854) e a Reforma Leônicio de Carvalho (1879).²

Sabe-se que havia tantas outras situações e experiências daquele tempo a partir das quais o *governo da casa* e o *governo do Estado* se articulavam (Mattos, 2004). Uma delas era a subvenção: para promover e disseminar a instrução a uma parcela cada vez maior da população, o Estado Imperial lançou mãos de estratégias de associação com a iniciativa privada.³ Autorizando e legitimando o auxílio financeiro ou concessão de espaços, doação de materiais, livros, vestuário para os colégios particulares, o poder público procurou assegurar o atendimento de meninos e meninas, homens e mulheres em situação de pobreza no ensino primário da Corte.

Os primeiros registros acerca das práticas formais de subvenção pública a estabelecimentos particulares datam de período posterior ao decreto que estabelece o Regulamento de 1854, segundo o qual, artigo 57, os menores de 12 anos, encontrados

¹ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instituição pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: Educ, 2000.

² Acerca da reforma Couto Ferraz, ver Gondra e Tavares (2004); Schueler e Limeira (2008). Acerca da reforma Leônicio de Carvalho, ver Martinez (1999).

³ Ver LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da instrução: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas no século 19*. Rio de Janeiro: Uerj, 2010. 282fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“vagando pelas ruas da Corte”, em estado de pobreza ou indigência, deveriam ser matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado.⁴ O artigo 115, outro que também faz menção a estes procedimentos, registrava que, ao lado dos colégios, professores que mantinham aulas particulares também poderiam ser beneficiados com esta prática.⁵

Entrelaçamento de forças: Estado Imperial e Igreja Católica

Na reflexão acerca destas questões relacionadas à força da iniciativa particular, a indagação acerca do papel da Igreja Católica que mantinha íntima relação política, cultural, econômica e social com o poder público, e cujas ações estavam profundamente ligadas às questões educacionais no Brasil não poderia estar ausente.⁶

Este é um tema igualmente apontado por Faria Filho e Vidal (2004), quando observam a “necessidade de pensar a relação da escola com outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, principalmente com a família, a igreja e o mundo do trabalho.” Acrescentam, ainda, que “são poucos os estudos

⁴ O decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879, reforma Leônio de Carvalho, reafirma as medidas de subvenção a estabelecimentos particulares: Art 2º Subvencionar nas localidades afastadas das escolas publicas, ou em que o numero destas fôr insufficiente, tanto na Côrte como nas provincias, as escolas particulares que inspirem a necessaria confiança e mediante condições razoaveis se prestem a receber e ensinar gratuitamente os meninos pobres da freguezia; 3º Contratar nas provincias, por intermedio dos respectivos presidentes, professores particulares que percorram annualmente um certo numero de localidades e, demorando-se em cada uma dellas o tempo preciso, reunam os meninos e meninas da vizinhança e lhes dêem os rudimentos do ensino primario; 4º Crear ou auxiliar nas provinciais cursos para o ensino primario dos adultos analphabetos; 5º Crear ou auxiliar nas provinciais cursos para o ensino primario dos adultos analphabetos.

⁵ A partir das documentações que movimentaram aquelas repartições públicas, delegacias, sessões do Conselho Diretor, Inspetoria da Instrução e pasta dos Negócios do Império, eram produzidos relatórios gerais, com análise do número de subvenções anuais, valores totais que acumulavam aqueles benefícios e distribuição, por freguesia, dos colégios e professores beneficiados. Um destes relatórios gerais era datado de agosto de 1878 e informava que 11, das 19 freguesias da Corte Imperial, eram contempladas com as concessões de subvenção. Naquele ano, 17 colégios recebiam o benefício. Interessado nas vantagens de associar suas forças às dos particulares, o Império fomentou iniciativas como aquelas. Em 1889, registrou-se um número de 46 colégios subvencionados, com 520 alunos atendidos, mais sete cursos noturnos, 284 alunos, e seis escolas mantidas pela *Sociedade Promotora da Instrução*, com 850 alunos. Um total de 59 subvenções espalhadas pela Corte Imperial, atendendo 1.654 meninos e meninas pobres. No mesmo ano, em toda Província do Rio de Janeiro havia 246 estabelecimentos particulares de instrução primária, subvencionados pelo Estado Imperial, atendendo a 5.679 alunos.

⁶ É preciso observar, porém, que a instituição a qual nos referimos não é e nunca foi um bloco homogêneo, mas formada por diversas ordens religiosas, missões, hierarquias. Havia, por exemplo, irmandades, ordens terceiras e confrarias religiosas que foram instituições fundamentalmente marcadas pela participação ativa dos leigos na organização da vida religiosa. Acerca disso, ver Gomes (2009), que pesquisou a existência destas irmandades na Província de Minas Gerais e as identificou como “vivências diferenciadas do mesmo catolicismo”. De acordo com suas observações, com a proibição da entrada de ordens religiosas na região, a fim de controlar o contrabando e reservar para si todos os benefícios advindos da extração do ouro e dos diamantes, a Coroa procurou manter afastado de Minas o clero regular. Todas essas medidas ajudaram a compor uma situação particular, cujo traço mais incisivo foi a liderança dos irmãos das confrarias nas práticas católicas. A proibição por si mesma gerou um fortalecimento da “sociedade leiga” (Gomes, 2009, p. 7).

historiográficos sobre as instituições que nos oferecem subsídios para pensarmos a relação com a cultura escolar" (p. 154).

Ao tratar da instituição religiosa, a historiografia apresenta informações necessárias para discussão. Gondra e Schueler (2008) observam este problema e evidenciam que a organização da mesma aconteceu por dentro do aparelho do Estado, numa relação biunívoca. Para Carvalho e Neto (2011), tratava-se de uma simbiose.

Vestígios mais precisos a este respeito podem ser observados no Direito do Padroado, que tem suas origens em 1455 com a bula *Inter-Caetera*, outorgada pelo papa Calixto 3º. O regime do Padroado se processou como uma comunhão entre o poder temporal e o poder religioso, sendo consentido pela Igreja Católica que adquiriu privilégios e, em contrapartida, permitiu aos reis que interferissem na vida interna da Igreja. Durante o período colonial, o Brasil manteve a herança do Padroado vinda de Portugal, o que provocou conflitos entre os dois poderes, haja vista o choque entre os interesses da Coroa com os interesses dos missionários, especialmente os jesuítas durante o período da conquista do território.

No processo de independência, apesar do ideário liberal estar difundido no Brasil, a união entre Estado e Igreja se viu consagrada na Constituição de 1824. Esse ajuste interessava a ambos que, deste modo, poderiam obter benefícios específicos: o Estado garantia o apoio de uma instituição com grande prestígio social e a Igreja garantia sua renda e acesso ao poder por conta dos serviços que prestava, como controle de nascimentos, batismos, casamentos, óbitos, enterro, eleições; dentre outros.

A união entre ambos, estabelecida pela constituição, definia o catolicismo como religião oficial e concedia ao imperador, pelo regime de Padroado, o poder de criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais importantes. O Beneplácito submetia ao poder imperial as bulas e determinações do papa, que só seriam cumpridas aqui com autorização do imperador. Além disso, o governo pagava os salários dos sacerdotes, tratados como funcionários públicos.

Ao analisar os Relatórios *do Presidente da Província do Pará* e os *Livros de Termo de Batismo* de Belém no século 19, Tavares (2011) reconhece a articulação da Igreja Católica com o poder civil naquela Província. Interessada em perceber as relações estabelecidas entre o poder público e privado em torno da sanção da Lei do Ventre Livre, ela evidenciou que o batismo dos filhos das escravas libertos após a Lei passou a ser um documento que legitimava um dispositivo jurídico e atestava uma condição social: "as paróquias obedeciam a uma determinação imposta pela Lei que obrigava as Igrejas a ter

o livro de registro e óbito dos filhos das escravas”, estabelecendo multa em caso de omissão do pároco (p. 4).

Até a constituição republicana de 1891, a Igreja Católica vivera, portanto, sob a proteção oficial do Estado. Os serviços religiosos constituíam um serviço prestado pelo Estado, e o clero católico, único existente em razão do monopólio da religião, se constituíra em uma espécie privilegiada de funcionalismo público.

O governo republicano procurou afastar de seus quadros a hierarquia católica, o que implicou na criação de cartórios para registro de nascimentos, casamentos e óbitos. Da mesma forma, a Igreja Católica passou a nomear seus representantes, como bispos, arcebispos, papas, sem precisar do aval do Estado, e a ter direito ao exercício do culto, a personalidade jurídica e ao direito de adquirir e administrar bens (Torres, 1968).

Em termos educacionais esta relação parece não ter havido muita diferenciação. Houve inúmeras iniciativas formais e não formais desenvolvidas por diversos grupos de religiosos (católicos, protestantes, espíritas, indígenas, orientais, do mundo árabe, afro-brasileiros), e estas atividades cumpriram papel decisivo na difusão da instrução e a aproximação com o Estado foi uma estratégia eficiente para o sucesso destas iniciativas (Gondra e Schueler, 2008).

Neste sentido, não somente o catolicismo, mas outros agrupamentos religiosos, como o protestantismo, por exemplo, estão inscritos na história da educação no Brasil. De acordo com Filho e Ribeiro (2004), as correntes missionárias protestantes tiveram início em 1859, com a chegada do norte-americano Ashbel Green Simonton, que se instalou inicialmente no Rio de Janeiro. A introdução do protestantismo no Brasil, inclusive entre os não-cristãos, não seria possível sem a utilização da propaganda religiosa e criação de escolas.

Em todo o país foram criados colégios protestantes, tanto presbiterianos como de outras denominações, como os metodistas e os batistas. No Estado de São Paulo ressaltamos a criação do Colégio Americano em 1868. Em 1894, a escola passou a denominar-se Colégio Mackenzie. Na mesma época, outra escola presbiteriana criada em São Paulo foi o Colégio Internacional, na cidade de Campinas, pelos missionários George Nash Morton e Eduard Lane. (Filho e Ribeiro, 2004).

No caso específico da Igreja Católica sabemos que ela criou, dirigiu e manteve em funcionamento inúmeros colégios particulares, sociedades, aulas gratuitas e associações, além de ter sacerdotes e religiosos atuando como professores na Corte Imperial e nas Províncias do Brasil, na educação pública e privada. Para ilustrar uma destas distintas

experiências é interessante observar a propaganda que aparece em um jornal carioca do século 19:

Instituição gratuita. Collegio do Mosteiro de São Bento. A matricula para as aulas primarias começam no dia 7 de janeiro e as aulas abrem-se no dia 11. A matricula para as aulas secundarias começa no dia 18 e as aulas abrem-se no dia 3 de fevereiro - Frei Bento da Trindade Cortez. (*O Apóstolo*, 1886, p. 4)

Considerando esse tipo de publicidade, procuramos localizar fontes para analisar experiências de escolarização relacionadas à Igreja Católica e suas relações com o Estado Imperial. Para observar e refletir sobre tais entrelaçamentos e suas formas, trabalhamos com dois impressos.

O jornal intitulado *O Apóstolo* foi publicado entre os anos de 1866 e 1893 pela Igreja Católica.⁷ É, portanto, um instrumento que permite observar as representações que a própria instituição construía acerca de suas práticas religiosas ou educativas no século 19.

Inicialmente, este impresso era semanal publicado a cada domingo. Posteriormente, entre 1874 e 1875, ele passou a ser diário.⁸ Na década de 1880 circulou três vezes na semana: aos domingos, quartas e sextas. Como era característica comum dos jornais da época, tinha cerca de 4 a 6 páginas por exemplar, sendo que a numeração dos mesmos se dava de forma contínua por muitas edições seguidas. Contando 4 páginas numeradas na primeira edição, a próxima circularia com a numeração a partir do algarismo 5, chegando ao número 200, 300 ou mais.

Esse jornal poderia ser adquirido na Corte Imperial, local de sua produção, ou em qualquer província do Brasil, sendo vendido na própria tipografia ou nas paróquias mais centrais. A única diferença era o preço: maior para as províncias em razão dos custos mais altos para transportar e distribuir este impresso da Typografia de N. L. Vianna & Filhos (Rua do Ouvidor) para os outros lugares do país.

No que se refere ao conteúdo do jornal foi possível perceber que, desde o início, ele procurou manter certa estrutura, modificada com o tempo, sofrendo acréscimos e alterações. Em suas quatro ou seis páginas, podem ser encontradas cartas pastorais e

⁷ A última edição de 1893 foi a de número 126, de 10 de novembro de 1893. No ano seguinte, o jornal retoma sua publicação com o nome de *A Estrela*, mantém a mesma estrutura de *O Apóstolo*, porém com menor quantidade de seções. No século 19, em todo país, circularam muitos impressos organizados pela Igreja Católica. Na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, por exemplo, circularam dois periódicos eclesiásticos: *A Estrela do Sul* e *O Thabor*. No Pará, foi *A Boa Nova*. Em Ouro Preto foi o *Correio Oficial de Minas*.

⁸ Ainda sem poder afirmar, mas como hipótese, penso na relação entre o seu período de circulação diária e a chamada Questão Religiosa, conflito nacional entre a Igreja Católica e o Estado Imperial, ambos ocorridos na década de 1870.

outros documentos do episcopado brasileiro ou originários da Santa Sé, artigos e trechos de livros de padres e leigos em defesa das posições da Igreja contra os considerados inimigos da instituição - espíritas, protestantes, maçons, positivistas, liberais -, discursos de parlamentares católicos, notícias sobre as atividades clericais e laicas.

O *Apóstolo* ficou conhecido como o principal periódico católico brasileiro do século 19 ao dar visibilidade às posições da Igreja, bispos, padres e leigos ultramontanos. Por isso, com a leitura do mesmo é possível entender os embates do tempo e perceber as estratégias da Igreja, o jogo dos confrontos internos, a ação dos bispos reformadores, o diálogo com possíveis aliados, o debate intelectual constante com os inimigos da Igreja.

De fato, a instituição vivia uma etapa de tensão e conflito com o Estado, do qual era dependente em termos jurídicos e econômicos. Além disso, sofria com as ações de propaganda de liberais e maçons, que pressionavam no Parlamento, e dos protestantes, que atuavam nas ruas e também pela imprensa. Esses outros segmentos defendiam um modelo de Nação no qual o catolicismo seria meramente um coadjuvante, o que ajuda a compreender o combate travado pelos representantes da Igreja Católica.

A edição inaugural buscou apresentar as razões do lançamento deste impresso que se compreendia como um “jornal dedicado ao Catolicismo”, cuja escrita era tida como uma poderosa “tecnología de comunicanión” (Gomez, 2003, p. 102). Os editores⁹ qualificaram a imprensa como “uma tribuna universal em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade” (1866). Na edição seguinte, afirmavam que a imprensa tem origem divina e por isso não pode “desviar-se desse tom majestoso”:

A liberdade de imprensa é uma consequência legítima e necessária da liberdade, que o criador dera ao pensamento. São bem conhecidas as dificuldades com que luta a imprensa religiosa em tempos que não afagam leituras dessa ordem, ou antes, parece dizê-lo com mais verdade, quando tudo parece conspirar para derrubar o edifício eterno da Igreja. Pois bem, ainda assim o nosso periódico achou apoio porque Deus abençoou as nossas intenções, que outras não foram [...] senão o interesse dessa religião que, apesar de perseguida, é único poder que há de salvar o mundo. (*O Apóstolo*, 1866, p. 1)

Como este, outros discursos em defesa dos ideais católicos e da produção de uma determinada memória pela imprensa também foram publicados, o que nos aproxima da

⁹ Os editores de *O Apóstolo* não são identificados. Em 1870, pela primeira vez, aparece a informação de um nome identificando-se como responsável pelo impresso: “Sob os auspícios do Exm. E Revm. Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda”. Eles comunicavam aos seus leitores a possibilidade de sua participação na produção do impresso: “A redação recebe qualquer artigo de interesse público religioso, sendo porem publicado o que estiver concebido de acordo com o cronogramma deste periódico” (1866). Assim, estes artigos poderiam ser autoria de leitores não vinculados diretamente com a edição do jornal, uma questão que intriga e necessita de um maior investimento de pesquisa.

tese defendida por Le Goff (1984), isto é, a memória como objeto e instrumento de governo, de poder.

Na edição do quinto ano de circulação do jornal, em 1871, foi transcrita uma mensagem do papa Pio 9 sobre a missão da Igreja diante do comércio de papéis impressos que crescia e se expandia:

A missão do século 19 exige em primeiro lugar que sejam dissipados os erros e que às inteligências transviadas faça-se patente a verdade. Ninguém pode pois desconhecer que a imprensa periódica e não periódica é nas mão dos inimigos da Igreja, a arma mais mortífera para combater qualquer espécie de bem e seduzir os espíritos mais retos e sinceros. Para remediar a tão grande mal era necessário que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos, principalmente, empreendessem a obra mais salutar que é preciso tentar - a de oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica. (*O Apóstolo*, 1871, p. 1)

A arma mantida pelos religiosos por mais de três décadas tinha algumas seções que a estruturava. Entre alguns que foram incluídos, retirados ou alterados ao longo dos anos, havia *A tolerância Religiosa*, *Expediente do Bispado*, *Transcrição - Instrução Pastoral*, *Máximas Espirituais*, *Noticiário*, *Chronica Nacional* e também a publicação de alguns artigos que evidenciavam a razão de existência deste instrumento de circulação de idéias e que, para a pesquisa realizada, dá a ver aspectos da relação entre a força católica e o Estado Imperial.

A título de exemplo da campanha promovida, podemos indicar os artigos *Sobre a educação dos filhos*, *A tolerância religiosa*, *A religião e os governos*, *A liberdade política*, *Liberdade de religião*, *O Casamento civil* e *Liberdade de consciência*. O artigo *A religião do Estado e a liberdade de cultos* se constitui em um documento que parece expressar bem o tom do debate e da função do jornal:

A verdadeira significação dos termos - religião do Estado. O Brazil não pode deixar de ter o catholicismo como religião do Estado [...] Seja qual for a origem da palavra religião, quer signifique reler, quer reeleger, quer finalmente religar, o certo é que ella implica na relação do homem com Deos, porque só a Deos deve o homem ligar-se como ao princípio indefectível, e escolher como o seu último fim [...]. A palavra Estado, na sua accepção lata e em seu verdadeiro sentido, significa nação, e no sentido estricto e figurado o governo da nação, isto é, os poderes constituídos para governá-la [...] Explicadas as palavras religião e Estado, facilmente podemos entender o sentido da locução religião do Estado. Com efeito, a religião é uma cousa que pertence e se refere directamente á cada cidadão em particular, e a todos em geral; abraça a nação inteira, exprimindo os laços que ligam aos seus autos: logo a religião do Estado quer dizer, religião da totalidade ou quasi totalidade dos cidadãos em um paiz, religião da nação. (*O Apóstolo*, 1870, p. 2)

Como se vê, o exame desse material permite pensar a perspectiva, as representações da própria instituição acerca das suas relações e vínculos estabelecidos com o Estado Imperial, haja vista que “cada producción cultural enuncia también uma determinada imagen de aquello que representa”, como bem observa Gómez (2003, p. 113).

Neste caso em particular, é dado a ver a compreensão dos papéis e das funções destas forças públicas e particulares na organização da sociedade, e a defesa de seu monopólio na condução dos assuntos religiosos que, muitas vezes, misturavam-se aos assuntos íntimos, privados, civis, públicos, como enterros, nascimentos, matrimônios.

Em *Variedades*, uma das seções do impresso, são publicadas informações políticas, econômicas e religiosas, além de muitos anúncios publicitários. Entre as propagandas de obras religiosas, livrarias e comércio em geral, havia publicidade de colégios e instituições religiosas, como no exemplo que se segue

No dia 8 do corrente; ás 10 horas da manhã, abriram-se solemnemente as aula do Seminário Episcopal de S. José; pronunciou a oração da sapientia o Revd. Padre-Mestre Dr. Patrício Moniz, professor de historia geral. Concurso - No dia primeiro de maio abre-se as 9 horas da manhã, sob a presidencia do Ilm. Revm. Sr. Monsenhor Vigario Capitular, em uma das salas do seminário Episcopal de S. José, o concurso para as Parochias vagas. (*O Apóstolo*, 1867, p. 4)

Na edição de 1873, aparece um anúncio em que se comunica a abertura de um novo colégio em Barbacena, na Província de Minas Gerais:

Collegio Providencia. No dia 06 de janeiro de 1874, será instalado na cidade de Barbacena o collegio intitulado Providencia, no qual serão leccionadas as linguas latina e franceza, geographia, historia, mathematicas, musica, piano, primeiras letras e portuguez. [...] O Collegio será estabelecido em uma casa de vastas accomodações e collocada em um dos lugares mais aprazíveis desta cidade. (*O Apóstolo*, 1873, p. 4)

São exatamente estes registros publicitários¹⁰ de colégios particulares religiosos que aparecem algumas vezes no segundo impresso usado como fonte neste estudo: o *Almanak Laemmert*, anuário que circulou no país entre 1844 e 1914.¹¹ Em suas mais de mil páginas de cada edição, há informações gerais sobre a Corte Imperial e Províncias do Brasil.

Ao lado de informações variadas sobre comércio, política e cultura, os anúncios apresentavam valores acerca do comércio da instrução, currículos dos colégios, professores contratados, endereços em que estavam localizados e as preocupações da época em torno do espaço físico daqueles estabelecimentos do ensino.

Na investigação realizada nas páginas do anuário *Laemmert* e do jornal *O Apóstolo*, das décadas de 1870 e 1880, foi possível localizar informações referentes a mais de 20 colégios particulares de ensino primário, mantidos por religiosos¹²: Atheneu Fluminense, Collegio da Congregação das Irmãs Allemãs do Sacro Coração de Maria, Collegio Irmãs de Santa Dorothea, Collegio Nossa Senhora dos Santos Anjos, Collegio do Sagrado Coração de Maria, Collegio Episcopal São Pedro D'Alcântara, Collegio Imaculada Conceição, Collegio São Francisco de Paula, Lyceu dos Religiosos do Carmos, Collegio Santo Antônio, Collegio Venerando, Collegio Divina Providência, Padre Agostinho José da Silva, Collegio São Francisco de Paula, Collegio Azuara, Collegio Santíssimo Coração de Maria, Collegio São Luiz, Collegio Padre Guedes, Collegio Padre Saraiva, Instituto Colegial Padre Araújo, Externato da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Somadas a estas iniciativas, também há registros de religiosos que atuavam em colégios como capelão ou professor particular. Por exemplo, o vigário José João Viriand que ensinava religião e realizava cerimônias no Collegio Freese.

¹⁰ A tradição de anunciar a educação particular nos impressos é também anterior a este recorte operado no estudo. Desde o início do século 19 havia impressos que circulavam com este serviço, e um exemplo é o *Almanaque da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, onde se veem anúncios do Seminário São Pedro, da Aula do Comércio. Da mesma forma, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que existia desde 1808 também fazia circular aquele tipo de propaganda. A título de exemplo, pode ser mencionado o anúncio do ano de 1818, no qual Madame Clementiny oferecia as aulas de francês e música que ministrava em sua casa: “Madame Clementiny, novamente chegada a esta cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõem-se a dar lições de musica vocal, de harpa, de piano e de língua francesa. Desejando não deixar dúvida alguma sobre sua suficiência na arte que professa, terá a honra de dar incessantemente um concerto, no qual se fará ouvir nos ditos instrumentos, assim como harpa-piano de nova invenção, e certamente merece a particular atenção dos amadores das belas artes. As pessoas que desejarem empregá-la na educação das suas filhas podem dirigir-se a casa de sua residência, na Rua São José, n. 19”. Ver Silva (2007).

¹¹ A cultura de almanaque tem grande visibilidade e penetração social nos séculos 18, 19 e 20, principalmente. Estas épocas contabilizam sua maior expressão, diversidade e expansão de um mercado, como deixa uma lista contendo alguns, entre os mais de 400 títulos, disponíveis para consultas no site da Biblioteca Nacional. Entre estes, *Almanach do Rio de Janeiro* (1816 a 1827); *Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial cidade de Niteroy* (1878); *Almanaque na Corte do Rio de Janeiro* ou *Almanaque da Corte do Brasil* (1810); *L'action populaire-annuaire-almanach* (Paris); *Almanach do Pessoal Docente e Administrativo do Collégio Pedro 2º* (1881).

¹² Alguns desses colégios ofereciam o ensino primário e o ensino secundário no mesmo estabelecimento.

442

COLLEGIOS DE MENINOS.**Collegios de Educação de Meninos.****COLLEGIO FREIENE [424]****EM NOVA-FRIBURGO**

(28º ANNO DE SUA EXISTENCIA)

Directores

BOAVENTURA PLACIDO LAMEIRA DE ANDRADE

E

ANTONIO GETULIO MONTEIRO DE MENDONÇA

Este Collegio, recomendavel pela vantagem de um clima reconhecidamente salubre e sobretudo pela solidez de seus estudos: continua a preparar para as Academias do Imperio.

Ha tambem cursos especiaes para o Commercio e Agricultura, lições de desenho, musica vocal e instrumental.

PESSOAL

Rev. Vigario João José Viriand.—Professor de Religião e Capellão do Collegio.
 Boaventura Placido Lameira de Andrade.—Professor de Philosophia, Historia e Latinidade.
 Antonio Getulio Monteiro de Mendonça.—Professor de Latim, Francez e Grammatica Philosophica.
 Engenheiro L. Malthe Dau.—Professor de Allemão, Inglez, Matheinatica e Commercio.
 Bacharel A. D. Gropl.—Professor de Francez, Historia e Geographia.
 José Lopes de Faria Mariz.—Professor de Portuguez, Arithmetica e Calligraphia.
 Presciliiano José da Silva.—Professor de Musica vocal e instrumental.
 Henrique Walter.—Professor de desenho e paisagem.
 Dr. João Henrique Braune.—Medico do estabelecimento.

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1870, p. 442.

Outro exemplo da permanência de religiosos em colégios é o caso do padre Bernardo José Lira, vinculado ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, como evidencia anúncio de 1870.

Imperial Instituto dos Meninos Cegos. [40]

No morro da Saude, rua do Lazareto da Gambôa, onde residio o 1º barão do Rio Bonito, chacara chamada dos Coqueiros.

(Creado em virtude do Decreto de 12 de Setembro de 1854.)
(Vide Supplemento do Almanak de 1855, pag. 59.)

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos tem por fim ministrar a instruccion primaria em todos os seus ramos, a educação civil, moral e religiosa, a musica vocal e instrumental, o ensino de artefactos proprios do sexo feminino e os officios mecanicos compativeis com a cegueira, e o da arte typographica.

Recebem-se os meninos de ambos os sexos, livres, isentos de idiotismo ou de outros quaesquer defeitos physicos que os inhabilitem para a instruccion, e de molestias contagiosas, sendo de 6 a 14 annos de idade.

Os titulos com que se deve requerer a S. M. I. pelo Ministerio do Imperio a admissao de qualquer menino sao: certificado de baptismo, o de vacinação se o tiverem, ou qualquier outra declaração de que forão ou não vaccinados, e sendo pobres, justificação de pobreza por attestados do vigario e da autoridade policial do lugar em que fôrem domiciliados.

Os que não fôrem pobres, pagarão uma só vez 200\$000 por joia de sua matricula, e 400\$000 annuaes, pagos em trimestres adiantados.

O Instituto fornece a todos o curativo, a alimentação da melhor qualidade, variada e abundante, sem exceder os limites da frugalidade, todo o material necessario para a instruccion, o fardamento do collegio, e os utensílios de uso geral. Aos pobres fornece além disto cama e todos os seus accessorios, utensílios de uso especial com bacias, pentes, escovas, etc., e toda a roupa e calçado.

Não se recebe alumnos externos.

Comissario do Governo Imperial no Instituto. — Marquez de Abrantes, ♀ 2, ♂ 2, etc., Caminho Novo do Botafogo, 19.

Director e interino thesoureiro. — Dr. Claudio Luiz da Costa, ♀ 3, ♂ 3, ☺ G. I., reside no estabelecimento.

Medico. — O Director.

Capellão e professor de religião. — Padre Bernardo José Lira, praia de S. Christovão, 1.

Professor de ler e escrever da classe dos alumnos; grammatica portugueza e arithmetic. — Dr. Pedro José de Almeida, r. de Santo Antonio, 7.

Professor de geographia e historia. — O mesmo.

Professor de musica vocal e instrumental da classe dos alumnos e de contraponto. — Guilherme Schulze, r. do Cano, 219.

Professora na classe das alumnas, de ler, escrever, musica vocal e instrumental. — D. Adele Maria Luiza Sigaud, Sacco da Viuva na praia do Flamengo, 94.

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1870, p.40

Além do vínculo com estabelecimentos particulares, muitas vezes os religiosos estavam atrelados a algumas instituições públicas, como evidenciado neste fragmento, como também no anúncio do Collegio Pedro 2º em que o monsenhor Félix Maria Freitas Albuquerque, do Mosteiro de São Bento, é apontado como vice-reitor e, ao mesmo tempo, professor de latim, português, história sagrada e religião daquela escola secundária mantida pelo Estado Imperial:

Imperial Collegio de Pedro Segundo. [59]

Instituido por Decreto dc 2 de Dczembro de 1837. Inaugurado em 25 de Março de 1838.

Pelo Regulamento que baixou com o Decreto n. 2006 de 24 de Outubro de 1857, foi dividido em dous estabeleccimentos: Externato e Internato do Imperial Collegio de Pedro II.

EXTERNATO.

No edificio a que pertence a igreja de S. Joaquim.

Reitor.

Conselheiro Manoel Pacheco da Silva, n.º 5, r. da Prainha, nos fundos do mesmo Collegio.

Vice-Reitor.

Monsenhor Felix Maria de Freitas Albuquerque, Vigario Capitular, Mosteiro de S. Bento.

Secretario.

José Manoel Garcia, r. do Sabão, 310 A.

Escrivão.

Francisco Bernardo de Brito, r. da Constituição, 9.

Professor de Religião, Historia Sagrada e de latim e portuguez do 1º anno.

Monsenhor Felix Maria de Freitas Albuquerque, Mosteiro de S. Bento.

Professor de Zoologia, Botanica, Mineralogia e Geologia.

Dr. Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides, no Internato (Engenho-Velho).

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1871, p. 80.

As relações estabelecidas entre Estado Imperial e Igreja Católica no século 19 implicaram, além do pagamento dos ordenados dos religiosos, sua contratação, a construção de templos e a imposição do ensino religioso nas escolas. Deste modo, é possível concluir que a presença do clero nas instituições de ensino se configura como uma regularidade no período com que estamos trabalhando.

No entanto, tal regularidade não esteve livre de conflitos e debate doutrinário. A respeito do ensino religioso, uma edição de dezembro de 1886 do jornal *O Apóstolo* publica artigo em defesa desta prática nas instituições educacionais. Anunciam como inimigos aqueles que manifestam ser contrários e criticam o movimento levantado por alguns representantes da sociedade que advogam o ensino leigo:

Uma guerra contínua se levanta contra o ensino religioso nos nossos dias, e os inimigos, aproveitam-se da circunstancia, lançam mão de todos os meios capazes de deixarem no seio da familia a indifferença, senão o odio contra o ensino religioso e os que o segurem. Por sua vez o governo proíbe-o, e occultando-se sob o manto da tolerancia, manda arrancar das escolas a imagem de Christo e autorisa compendios cujas doutrinas são

perigosas. Alguns professores e directores de collegios julgam inutil o ensino religioso, e até para não serem acoimados de jesuitas afastam qualquer sinal de religião dos collegios. (*O Apóstolo*, 1886, p. 1)

Na época em que esta edição circulou já estava em vigor na Corte Imperial a Reforma do Conselheiro Carlos Leônicio de Carvalho (decreto n. 7.247 de 19/04/1879).¹³ Com este decreto, Leônicio de Carvalho realiza uma reforma do ensino que permitia "a cada um expor livremente suas idéias e ensinar as doutrinas que acredite verdadeiras, pelos métodos que julgue melhores." A liberdade de ensino integrava sua política e foi constituído em um de seus princípios orientadores.

De acordo com Martinez, "a especificidade de seu projeto residia no seu caráter radical de defesa de um liberalismo clássico, onde o Estado não detinha o monopólio do saber e do controle da Instrução Pública" (Martinez, 1999, p. 61). A pesquisadora observa que o princípio da liberdade aplicava-se também aos assuntos da religião:

De acordo com a reforma, o ensino religioso passou a ser facultativo nas escolas primárias, secundárias e superiores, sendo mesmo dispensado para os indivíduos não católicos. Os professores públicos e particulares foram desobrigados de prestar o juramento católico, embora mantivessem a função de ensinar religião aos alunos que o solicitasse, fora do horário das aulas primárias. Não era preciso dizer o quanto a medida causou polêmicas entre os integrantes da Igreja e os defensores do catolicismo como culto oficial do Estado, entre eles, muitos conservadores e liberais moderados. (Martinez, 1999, p. 68)

O ensino da doutrina cristã deixa de aparecer no currículo, ou plano de estudos daqueles colégios não religiosos com tanta recorrência nos anúncios do *Almanak Laemmert* a partir de 1880, permanecendo, porém, naqueles dirigidos por religiosos. Entretanto, ainda era possível localizar estabelecimentos laicos oferecendo "Doutrina Christã" ao lado do ensino de línguas, aritmética, etc. É o caso, por exemplo, do Collegio de Educação de Meninas, cujo anúncio data de 1882.

¹³ Leônicio de Carvalho nasceu na cidade de São Paulo. Filho de advogado, cursou a faculdade de Direito do Largo de São Francisco, entre 1864 e 1868, defendendo tese de doutoramento em 1869. Dois anos depois, foi nomeado lente substituto ganhando a Cátedra em 1881. Na mesma cidade, atuou como jornalista e redator de periódicos acadêmicos, literários e políticos. A atuação de Leônicio de Carvalho em prol da educação da infância não se limitou a reforma de ensino quando foi Ministro do Império. Em 1874, já era presidente da Associação Protetora dos Cursos Noturnos, em São Paulo. Eleito deputado em 1881, iniciou os preparatórios para o s de Instrução que seria realizado na Corte, em 1884. Secretariou a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferencias então realizadas. Escreveu, em 1883, defendendo medidas para educação da infância desamparada. Em 1886, foi um dos fundadores do Asilo Agrícola de Santa Isabel, em Valença, juntamente com os membros da Associação Protetora da Instrução da Infância Desamparada. BLAKE, Sacramento. *Dicionário biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

COLLEGIO DE EDUCAÇÃO DE MLENINAS
 DIRIGIDO POR
D. DOLORES PEREZ DE CAMPOS PORTO
 E SUAS FILHAS
DD. Maria Amelia de Campos Porto e Luiza de Campos Porto Lenzinger

4, LADEIRA DA GLORIA, 4

Este Collegio, approvado pelo Conselho de Instrucción Publica, está situado no mais pittoresco e um dos mais saudaveis logares da cidade do Rio de Janeiro.

ENSINO A CARGO DO COLLEGIO

Doutrina Christã, linguas Portugueza, Franceza e Ingleza, Calligraphia, Arithmetica, Historia, Geographia e Trabalhos de Agulha. 344

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1882, p. 2238.

De um modo geral, as funções sociais designadas à instrução primária no século 19, do ensino público ou particular, pelos administradores estavam articuladas à disseminação de conhecimentos básicos e ao desenvolvimento da educação moral e religiosa. O currículo primário aparece no Regulamento de 1854 (reforma Couto Ferraz) e é reafirmado na reforma Leônicio de Carvalho, em 1879, com exceção da questão do ensino religioso, como já mencionado: leitura, escrita, aritmética e instrução moral.

Entretanto, nestes planos de estudos outras aulas eram comumente incluídas como instrução complementar e opcional, pagas à parte do valor das mensalidades. Estas aulas poderiam ser destinadas ao ensino de línguas estrangeiras, música e aulas exclusivas para meninas como agulha, bordados e costura.

No Collegio São Vicente de Paulo, por exemplo, o ensino primário oferecido pelas Irmãs de Caridade consistia nas matérias de leitura caligráfica, gramática elementar, doutrina cristã e operações fundamentais da aritmética, ao lado de “todos os trabalhos de agulha e phantasia”:

ESTATUTOS do COLLEGIO S. VICENTE DE PAULO

PARA MENINOS E MENINAS
Dirigido por Irmãs de Caridade
RUA DO MATTOSO (no morro)
RIO DE JANEIRO

Este collegio, estabelecido em uma chacara espaçosa sobre uma collina dos mais saudaveis arrabaldes da Corte, offerece á mocidade as melhores condições hygienicas, tão necessarias á sua saude.

Os dous corpos do edificio, absolutamente separados por uma capella, permittem a este estabelecimento receber meninos e meninas. Não se admitem senão pensionistas.

I.—ENSINO

Dividem-se os estudos em Instrucção Primaria e Secundaria.

A 1^a consta :—de Leitura Calligraphia, Grammatica elementar, Doutrina Christã e das operaçoes fundamentaes da Arithmetica.

A 2^a: de Religião, Portuguez, Francez, Latim, Inglez, Geographia, Cosmographia, Historia, Arithmetica systema metrico, Geometria elementar, Desenho, Piano e musica vocal.

Ensina-se todos os trabalhos de agulha e de phantasia.

II.—PENSÃO

A pensão será paga por trimestre adiantado..... 105\$000

Serão pagos em separado por trimestre

Latim.....	24\$000
Inglez.....	24\$000
Desenho.....	24\$000
Piano.....	24\$000
Lavagem de roupa.....	18\$000

Joya no dia da entrada por despezas da cama.....	20\$000
Em cada anno seguinte.....	5\$000

Pagar-se-hão os livros em separado

III.—SAÍDAS

Todos os domingos depois da missa.

Os meninos e meninas serão entregues só a seus pais, correspondentes ou a quem suas vezes fizer; devendo regressar na segunda-feira, sempre antes das 9 horas da manhã.

O Capellão do Collegio S. VICENTE DE PAULO, Monsenhor Carlos Couturier Protonotario Apostolico, ♫ 6, ♫ 2, Comendador da Ordem do Santo Sepulchro prepara os alunos, para entrarem no Imperial, Collegio de D. Pedro II.
(art. 598—74)

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1887, p. 2058.

Nesta propaganda, podemos perceber um elemento muito comum em grande parte dos anúncios que expunham informações referentes aos valores cobrados para mensalidades ou pagamentos extras: o custo era variável. Primeiro, por conta do próprio estabelecimento: havia colégios pequenos, situados em locais improvisados, nas igrejas ou casas paroquiais e que atendiam ao número limitado de 10 ou 20 alunos, enquanto haviam estabelecimentos com estrutura em condições de atender mais de 300 alunos. Segundo, por conta da condição pela qual este aluno ingressava na instituição: externo,

meio-pensionista ou pensionista, sendo estes últimos aqueles que permaneciam no colégio durante a semana ou o ano inteiro.

Em virtude da demanda e condições familiares, os responsáveis poderiam aderir ao ensino dos meninos e meninas, optando por um dos regimes oferecidos, pelo currículo obrigatório ou acrescido de aulas complementares, com as respectivas taxas de matrícula, lavagem de roupa, alimentação e saberes extras.

Exemplar neste caso é o anúncio do Collegio Venerando, de propriedade do padre José Venerando, que apresentava as possibilidades de se compor o pagamento pela instrução oferecida no seu estabelecimento. O ensino primário interno custava 40 mil Réis, meio interno 20 mil Réis e externo 6 mil Réis mensais. As taxas para lavagem de roupa, cursos livres ou matérias em separado, porém, poderiam aumentar este valor.

COLLEGIO VENERANDO

60 RUA DO SENADOR EUZEBIO 60

DIRIGIDO PELO

Padre José Venerando da Graça

Recebe internos, meio pensionistas e externos, e prepara-os para as academias do Imperio, Colégio D. Pedro II e commercio.

A casa onde funciona é de aço, arejada e essencialmente saudável; com chácara e jardim para recreio, abundância d'água, chuveiros, e tanques para banho quente e frio.

O director mora no estabelecimento, com sua mãe, que é uma outra mãe dos alunos.

Educação moral severamente cuidada, professorado scrupulosamente escolhido; e não ha castigo corporal, por maior que seja a falta do alumno.

Mesa abundante e variada, não ha jeia de entrada, e pensões commodas.

As pensões pagas por trimestre, sofrerão um abatimento razoável, as imediatamente daquelle, que mandar para o collegio mais de um filho.

Os alunos dão suas lições todos os dias, porque os professores substituem-se mutuamente em suas faltas.

Os que faltarem à aula, deverão trazer participação por escripto da pessoa sob cujo governo estão, assim como por escripto deve ser todo o recado dirigido ao director.

Os alunos, desde as das classes mais atrasadas, fazem no collegio exames trimensais, para que melhor se preparem nas lides escolares, e assim se habilitem para os exames geraes na Instrução Pública.

O collegio que, desde sua fundação, tem sempre recebido alunos gratuitos, limita o numero desses beneficíados até 30, sendo: 5 internos, 5 meio-pensionistas, e 20 externos, na forma do Regulamento em vigor.

Funciona também, á tarde, para alunos de maior idade, um Curso livre, preparatório e commercial, e das matérias necessárias para o magisterio público primário da Corte e da Província.

As aulas funcionam das 9 horas da manhã ás 3 da tarde; das 4 ás 5, ha explicações das lições seguintes, para os internos, meio-pensionistas e externos, que quizerem.

Das 7 ás 9, funciona o Curso livre.

PENSOES MENSAES ADIANTADAS

Externo primário.....	6\$000	Meio interno secundário.....	25\$000
" secundário.....	10\$000	Interno primário.....	40\$000
Meio interno primário.....	20\$000	" secundário.....	50\$000
Roupa lavada e engomada.....	10\$000		

CURSO LIVRE

Uma matéria, 10\$000 ; Duas, 12\$000 ; Tres, 15\$000 ; Quatro em diante, 20\$000.

MATERIAS EM SEPARADO

Grego, alemão, italiano, 20\$000 cada uma ; desenho, musica, piano, dança, e gymnastica, 10\$000 cada uma.

ENXOVAL

O interno deve trazer: uma cama de ferro, com todo o necessário, e mais um cobertor de lã ; um bahú com cadeado, e toda a roupa de uso, e mais um fato preto para os actos públicos; um lavatorio de ferro, com suas pertenças ; um saco de brim para roupa servida ; toalhas para o rosto, e para o banho; uma escova para dentes, e uma para o fato ; uma tesoura para unhas ; um pente de alizar e um dito fino. (art. 528) **Todas as mais explicações, no collegio, á qualquer hora.**

2072

Fonte: Almanak Laemmert, 1888, p. 2072.

Entre as propagandas do jornal *O Apóstolo*, na edição de julho de 1886, havia a do Collegio do Sagrado Coração de Maria, dirigido pelas Irmãs do Sagrado Coração que comunicava, além da rotina religiosa do estabelecimento, a nota de que “continua a haver benção do santíssimo sacramento ás sextas-feiras, sabbados e domingos” e que os valores cobrados pela instrução primária para pensionistas era de 66 mil Réis, meio pensionistas, 43 mil Réis e alunos externos, 20 mil Réis.

O Collegio Imaculada Conceição também expôs, em anúncio de 1884, a composição opcional dos valores cobrados em seu estabelecimento para educação de meninas, exclusivamente no ensino interno, para pensionistas. A mensalidade custava 40 mil Réis para um currículo básico. Porém, muito mais completo que no colégio do Padre Venerando. Na segunda página do anúncio, informações apontaram valores adicionais para aulas de piano, canto, línguas, desenho.

Materias do ensino comprehendidas no preço da pensão

Doutrina christã.	Lingua portugueza.	Mappas geographicos.
Leitura.	Dita franceza.	Cosmographia.
Calligraphia.	Dita ingleza.	Chronologia.
Arithmetica.	Composição litteraria.	Historia sagrada.
Sistema metrico.	Geographia.	Dita patria e universal.

E tambem os trabalhos proprios de uma senhora, taes como: costura, crochet, tapeçaria, bordado branco, matiz, ouro e froco; flores de panno, papel, couro, etc.

Ramos do ensino pagos em separado da pensão

Piano, por trimestre.....	30\$000	Pastel, por trimestre.....	30\$000
Canto, idem.....	20\$000	Lingua allemã, idem.....	20\$000
Desenho, idem.....	24\$000	Dita italiana, idem.....	20\$000

Ao entrar para o collegio, as alumnas darão a quantia de 45\$, e ser-lhes-ha fornecido um lavatorio, uma cama de ferro, um colchão de crina e um travesseiro.

A lavagem, etc., da roupa, fica a cargo dos pais. Todas as segundas-feiras, das 8 às 11 1/2 horas da manhã, e de tarde, de 4 às 5 horas (na terça-feira, se a segunda fôr dia santo), mandarão trazer a roupa limpa e buscar a servida.

Aquelles que não puderem preencher esta condição poderão encarregar o estabelecimento da lavagem, etc., etc., da roupa, mediante a quantiade 30\$ por trimestre.

As meninas poderão sahir aos domingos depois da missa das 8 horas, porém não aos sabbados.

Estando determinada a segunda-feira seguinte ao dia de Reis para o regresso das alumnas, roga-se aos pais que não detenham por mais tempo suas filhas em casa.

As meninas ao entrar para o collegio devem ter os objectos designados na lista seguinte, cada um marcado com o numero que a Superiora tiver designado:

1 vestido preto de seda ou outro tecido.	3 fronhas, 3 1/2 palmos de comprimento.
1 dito branco fino.	3 toalhas.
6 ditos para uso diario.	6 guardanapos.
6 saias.	2 saccos para roupa servida.
6 calças.	1 chapéo de palha enfeitado, conforme o uso no collegio.
6 camisas.	1 fita verde, cuja amostra dar-se-ha no collegio.
12 lenços de mão.	1 talher e copo de prata ou metal galvanizado.
6 pares de meias.	1 caixa de folha para roupa limpa.
6 lençóes de cama.	Pentes, escovas para dentes, etc., e outros objectos de toilette.
2 ditos para banho.	
2 camisolás de chita para idem.	
2 ditas brancas de dormir.	
2 colchas de chita e 1 cobertor de lã.	

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1884, p. 203.

O conjunto de indícios aqui arrolados permite, entre outras coisas, pensar o valor atribuído à instrução primária naquela sociedade. O comércio do saber não se dava de modo homogêneo, variava de instituição para instituição e no interior de cada colégio, em

função do estatuto/condição do alunado: pensionista, meio-pensionista e externo. E, sobretudo, o que se pagava era proporcional aos saberes que se desejava aprender.

Quanto mais diversificado fosse o currículo contratado pela família, maior seria o valor pago, assim como maior seriam também se os serviços contratados oferecessem maior comodidade aos alunos e alunas. Quanto mais detalhada, qualificada, especializada era a representação que o colégio fazia de si, e de sua clientela, mais elevado o valor das taxas e maior o número de serviços extras que o estabelecimento oferecia.

Entretanto, esta imagem mais qualificada do colégio não se resumia ao plano de estudos que o mesmo oferecia aos alunos. No século 19, vai-se estruturando uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível. Muitas críticas foram elaboradas em torno do lugar em que se dava a educação das crianças, geralmente em espaços domésticos - na casa dos alunos, na casa do professor, conhecida como casa de escola, ou em residências alugadas - no intuito de fazê-los serem percebidos como inadequados.

A partir da leitura de estudos recentes, é possível saber que, naquele tempo, foram sendo elaborados discursos pedagógicos que afirmavam a necessidade de ambientes amplos onde pudessem ser distribuídos os novos equipamentos didáticos, como quadro-negro, cadernos, livros e mobiliários.

Apostava-se em uma racionalização e especialização da instrução, com rebatimentos na dimensão material, metodológica e na formação docente. Debate que mobilizou diferentes agentes sociais. Um dos que se inscreveu naquele jogo foram os médicos com seus saberes, mormente o dos higienistas, que produziram críticas a respeito das condições de higiene e saúde das casas e prédios da cidade, ao mesmo tempo em que defendiam espaços construídos de acordo com princípios doutrinários elaborados no âmbito da ordem médica.¹⁴ A intenção era afastar as instituições escolares de um quadro descrito como insalubre, investindo a escola no arco das prescrições médicas, como uma medida complementar das ações políticas desses agentes (Gondra, 2004).

Desse modo, era preciso que os prédios escolares fossem arejados, alocados em ambiente ventilado, não muito perto das habitações residenciais, longe dos focos de infecção do circuito urbano. Com estas preocupações, procuraram definir regras para localização, para os espaços do exterior e do interior dos estabelecimentos. O edifício

¹⁴ Para refletir acerca da interferência dos discursos médico-higienistas nos processos de escolarização, ver GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

escolar, nesta perspectiva, deveria ser emblemático: sua arquitetura externa deveria ser identificada por todos como um espaço de educação, e o interior, por sua vez, capaz de traduzir os princípios de asseio, controle, fiscalização, higiene.¹⁵

Naquele tempo, então, a questão do espaço escolar, da estrutura física do fazer educativo, desdobrava-se nas preocupações referentes à arquitetura, salubridade, higiene. E isso emerge no interior do registro de publicidade como efeito da apropriação do objeto educacional pela ordem médica que intervém socialmente, prescrevendo medidas educativas com a pretensão de conformar socialmente o projeto de educar, instruir e civilizar (Gondra, 2004).

Considerando a força desse discurso, a localização e racionalização do prédio escolar foi convertido em diferencial, como se pode observar nos exemplos anteriores. Neste caso, o primeiro anúncio dessa série foi publicado na edição de 1851 no *Almanak*.

A proprietária do Collegio de Educação de Meninas, localizado na Praça da Constituição, fez circular um desenho do suposto prédio em que se realizavam as suas aulas - suposto porque não há como confirmar se realmente era um desenho do prédio, ou somente ilustração para efeitos publicitários. O Collegio São Francisco de Paula, dirigido pelos padres Francisco Ferreira e Joaquim Ignácio, também fez circular seu anúncio na Corte e nas demais províncias com o seguinte desenho.

¹⁵ As primeiras iniciativas do Estado Imperial direcionadas à construção dos “palácios escolares”, como observa Martinez, ocorreram na década de 1870. Na Freguesia de Santana, inaugurava-se a pedra fundamental do edifício da *Escola de São Sebastião*. No ano seguinte, em 22 de maio de 1871, a Câmara Municipal celebrava o lançamento da pedra da *Escola de São José*, no Largo da Ajuda (Freguesia de São José). E a iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte Imperial também ficou por conta de alguns comerciantes, como é exemplo, o da Praça de Pedro 1º (São Cristóvão), lugar onde foi construído um prédio para instrução de 400 crianças. A “Escola edificada pelo Corpo do Commércio do Rio de Janeiro” teve a sua primeira pedra colocada e, 21 de dezembro de 1870, como aponta: “Os edifícios, pela sua grandiosidade e beleza arquitetônica, lembravam as estruturas luxuosas dos “palácios”, como foram ironicamente chamados por alguns contemporâneos. Com amplas salas cercadas por jardins e gradis de ferro, as escolas possuíam um salão central onde figuravam as estátuas em homenagem aos seus empreendedores [...] apresentavam uma grande novidade em relação às escolas públicas tradicionais, as quais funcionavam em pequenas casas, nas partes externas ou em sótãos de sobradinhos, onde disputavam espaços com os aposentos dos professores e seus familiares. Nos estabelecimentos do município, além de não haver comodidades para a residência dos mestres (fato que, aliás, foi considerado inconveniente pelos próprios educadores em função do aumento de suas despesas com moradia), todas as áreas eram destinadas exclusivamente às atividades escolares” (Martinez, 1999, p. 155).

COLLEGIO S. FRANCISCO DE PAULA

PREPARA ALUNOS PARA TODAS AS ACADEMIAS DO IMPÉRIO.



ADMITTE PENSIONISTAS, MEIO-PENSIONISTAS E EXTERNAOS.

PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO, 49, ANTIGO LARGO DO ROCIO

OS DIRECTORES,

*Padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, F. 3 do D.
Padre Francisco Ignacio de Christo.*

[424]

Fonte: Almanak Laemmert, 1879, p. 580.

Da mesma forma, outras instituições religiosas atestavam o compromisso com os princípios da racionalidade médico-higiênica em suas propagandas. Em 1874, as Irmãs de Caridade que dirigiam o Collegio da Imaculada Conceição atestavam seu compromisso em manter com as suas alunas uma vigilância sempre “solicita e maternal” no intuito de zelarem por “maneiras polidas e delicadas” que distinguiam “pessoas bem educadas”:

COLLEGIO DA IMMACULADA CONCEIÇÃO [48]

FUNDADO PELA

ASSOCIAÇÃO DE S. VICENTE DE PAULO



36 Praia do Botafogo 36

Este estabelecimento, confiado à direcção das Irmãs da caridade, tem por fim a educação da mocidade, baseada sobre a religião e a moral.

Objecto de uma solicita e sempre maternal vigilância, as educandas se conservão constantemente sob as vistas de suas mestras, que presidem não sólamente a seus trabalhos escolásticos e manuaes, como também ao seu levantar e deitar, as suas refeições e recreações, etc.

As professoras que nada omittem para incutir em suas alumnas o porte lindo, as maneiras polidas e delicadas que distingue as pessoas bem educadas, empregão também particular cuidado, em lhes infundir esse espírito de ordem e de arranjo tão necessário a uma joven, seja qual for o lugar que tenha de ocupar na sociedade.

O estudo do carácter das educandas é objecto de uma attenção mui particular, e trabalhando-se em ornar e cultivar seu espírito, procurar-se-ha ao mesmo tempo formar seu coração, regular seu pensar, e dirigir para o bem todas as suas inclinações.

As horas de estudo e de recreio são intermeadas de maneira, que as meninas possão alternativamente passar do trabalho manual ao estudo, sem quebra de sua saúde. Accrescendo, que a situação agradável e salubre da casa, cercado de jardins e de passeios, junto a um alimento sôlo e abundante, garantem uma boa saúde ás educandas.

Este artigo oferece um cuidado particular; uma irmã é dello especialmente encarregada. Em caso de doença os pais serão logo avisados.

Os ramos do ensino comprehendidos no preço da pensão são: instrucción religiosa, linguas portugueza, franceza e ingleza, escripta, arithmética, geographia, liistoria dividida em varios cursos, composição litteraria; e bem assim todos os trabalhos manuaes proprios de uma senhora, como costura, trançados, bordados, tapessarias, flores artificiales, etc. As lições de piano, canto, desenho e língua alemaña serão pagas em separado da pensão, a saber: piano (por mez 10\$000) canto 6\$000, desenho 8\$000, língua alemaña 6\$000.

A fim de entreter a emulação das educandas, além do exame escolastico, haverá em cada mez um concurso sobre os diversos ramos do ensino. Um quadro exposto no pectorario indicará os lugares que cada menina houver merecido.

Em cada trimestre será remettido aos pais o bolletim da conducta e do adiantamento de suas filhas.

As educandas não sahirão do collegio, senão uma vez por mez (o primeiro domingo ás 9 horas da manhã). Roga-se encarecidamente aos pais de as tornarem a trazer na segunda-feira de manhã.

As famílias poderão visitar suas filhas na terceira quinta-feira de cada mez das 9 horas ás 11 horas da manhã, e das 2 ás 5 da tarde.

Estando determinada a segunda-feira seguinte ao dia de Reis, para o regresso das

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1874, p. 48.

Em 1871, o diretor do Colégio ee Instrução Primária e Secundária, monsenhor Antonio Pedro, publicou o seguinte anúncio no *Almanak Laemmert*.

ATHENEU FLUMINENSE^[425]

7 RUA DO RIO COMPRIDO 7

DIRIGIDO POR

Monsenhor Antonio Pedro dos Reis

Neste collegio de instrucción primaria e secundaria ensinão-se todos os preparatorios exigidos nas Academias do Imperio.

Os brilhantes resultados que nos exames annuacs perante o Conselho de Instrucción Publica, tem constantemente este collegio dado, são os mais incontestaveis atestados do zelo e esforços empregados por seu Director para conseguir o aproveitamento de seus collegiaes, e de que elle se cerca sempre dos mais habeis Professores da Corte.

Por nove annos estabelecido em frente ao Passeio Publico, acha-se agora transferido para o lugar acima mencionado.

Teriamos ha mais tempo abandonado o predio em frente ao Passeio Publico, completamente atacado pelo cupim, exposto a frequentes constipações, além da mesquinhez de commodos, se não estivessemos até agora ligados por um contrato de 9 annos.

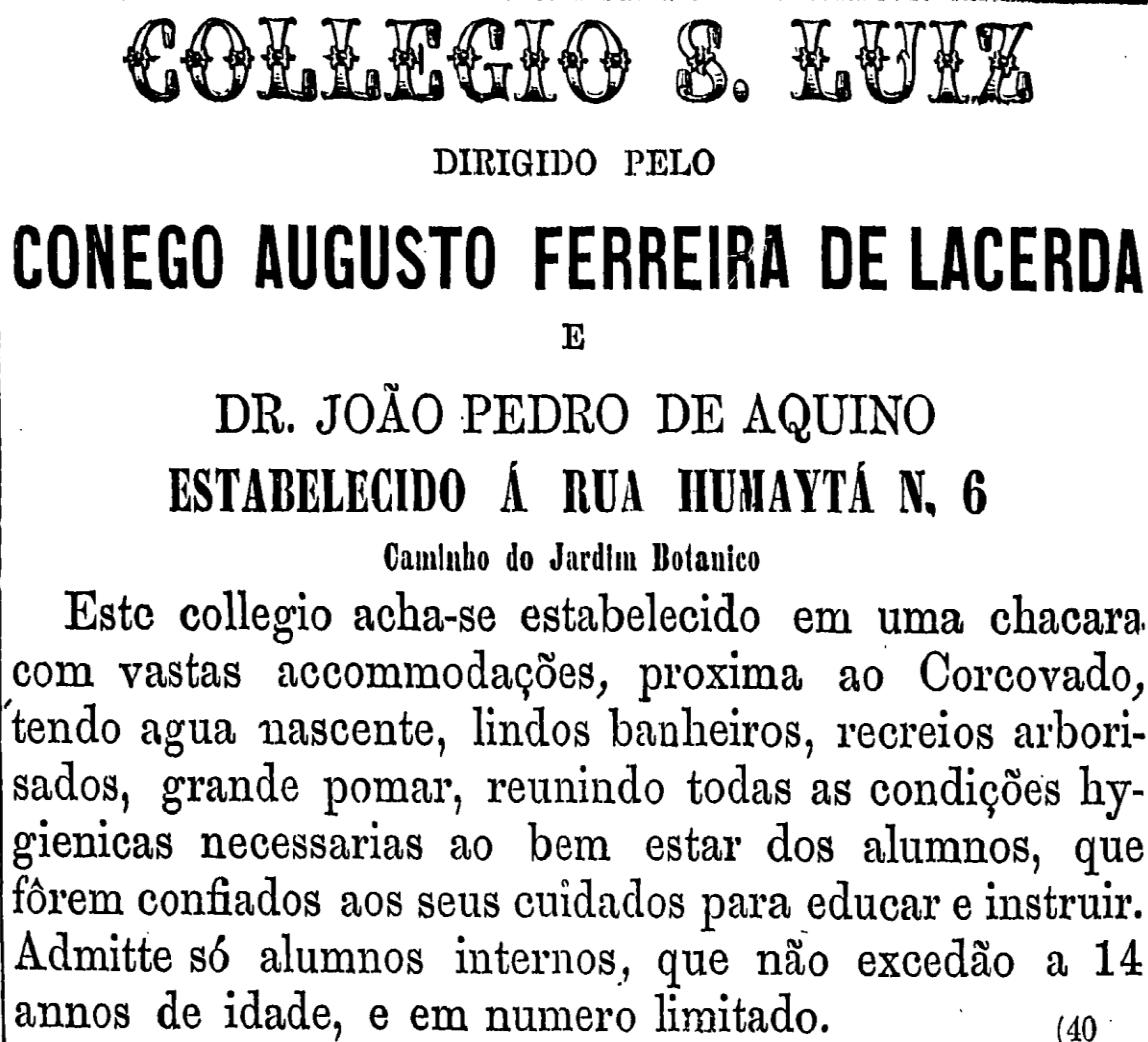
Felizmente, ao findar esse contrato, encontramos no mais saudável bairro da Corte, no do Rio Comprido, tão proximo da Cidade, passando-lhe pela porta frequentemente os Bonds, uma casa nas desejaveis condições de larguezza, de commodos para habitação, aulas e para recreios dos collegiaes.

Não admittimos alli senão pensionistas internos e meio-pensionistas: aquelles até o numero de cento e vinte para melhor fiscalisação e progresso em seus estudos e estes, quanto fôr supportavel.

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1871, p. 425.

No documento lê-se que, após nove anos, o colégio Atheneu Fluminense mudou de endereço. Nele, mencionava que passou a funcionar “no mais saudável bairro da Corte” (Rio Comprido), num edifício com desejáveis condições de “largueza, de commodos para habitação, aulas e para os recreios dos collegiaes”.

Os termos saudável, asseio, arejado, cuidados, higiene, bem como as notas sobre os espaços amplos, são, portanto, freqüentes nestes e nos demais anúncios do comércio da instrução particular que, com esse recurso, procuram-se afirmar no mercado da instrução. Procedimento que também pode ser verificado na propaganda do *Collegio São Luiz* sob direção do cônego Augusto, localizado nas proximidades do Jardim Botânico:



Fonte: *Almanak Laemmert*, 1882, p. 40.

Nos anúncios do Colégio Episcopal São Pedro D'Alcântara, que apareciam no anuário *Laemmert* desde 1851, definiam-se os traços mais elementares do seu edifício. Caracterizado por sua forma claustral, atestando que é a mais adequada, o edifício situado no lugar mais sadio da chácara é descrito detalhadamente, inclusive, com medidas de cada cômodo. Um claustro dividido em 4 faces: ainda registra as medidas dos cômodos, dos espaços do edifício (em palmos, não metros). Salão superior onde estão os dormitórios dos alunos maiores, com 40 camas, para os médios são 80 camas, e para os pequenos no fundo 38 camas.

O lado direito ocupado pela direção, livraria, escritório e cella do bispo e sala de visitas. "Todos os cômodos espaçoso e arejados" e ainda a enfermaria e cozinha. Salão inferior: recreio as duas classes de alunos em dia de chuva, gabinete dos vice-diretores, nove salas a serviço de todas as classes, vinte e cinco banheiros "separados entre si por

divisões de madeira acomodados para se ficar coberto e decentemente resguardado. Um tanque de natação e banho, onde os alunos aprendem a nadar, no terreno".

Com tamanho detalhamento, contribuiu para que os clientes compreendessem inclusive as menores intervenções, como as divisórias dos banheiros, que tinha o intuito de favorecer que o aluno estivesse "decentemente resguardado". Da mesma forma, a separação dos dormitórios entre funcionários e alunos (estes por suas faixas etárias, e aqueles entre criados, escravos e professores) era estabelecida como garantia de condições saudáveis à permanência dos alunos.

COLLEGIO EPISCOPAL¹⁴²⁴
DE
S. PEDRO DE ALCANTARA
NO PALACIO DO BANCO COMPRIDO.
INTERNATO

Este estabelecimento, organizado com todos os elementos precisos para satisfazer plenamente aos justos fins, para que foi fundado, tomando a seu cargo a educação moral e intelectual dos alumnos que lhe forem confiados, até habilitá-los para qualquer das Academias do Império, desde a instrução primária, é dirigido pelo Conego José Mendes de Paiva e seus irmãos; achando-se distribuídos pela fôrma seguinte os trabalhos da

DIRECTORIA.

Director geral. — Conego José Mendes de Paiva.

Economista — Padre-Mestre António Mendes Fernandes de Paiva.

Pedagogo. — Padre-Mestre Bacharel Joaquim Mendes de Paiva.

Dito. — Padre-Mestre Francisco Mendes de Paiva.

Escripturário. — João Mendes de Paiva.

Em qualquer impedimento substituem-se mutuamente sem prejuízo nem alteração dos encargos que se tem imposto.

Os encargos da instrução e bellas-arts estão incumbidos a 20 professores, de que fazem parte os próprios Directores, habilitados pelo conselho de instrução pública.

Este numeroso pessoal habilita o estabelecimento a subdividir as classes conforme as necessidades do ensino e a aptidão dos alumnos, sem precisão de confiá-los a decúpires ou monitores.

Não se admitem alunos que não saibão pelo menos syllabar, nem maiores de 12 anos.

Este estabelecimento, situado em um arrabalde próximo da corte e reconhecidamente dos mais saudáveis, ocupa ainda o ponto mais importante do Rio-Comprido.

Um edifício de fôrma claustral, com capacidade para duzentos e cincuenta alumnos, casa separada para professores e criados; no centro de uma extensa chacara, com jardim, passeios arborizados, banhos e grande tanque de natação, boas águas e abundantes, nascidas em uma gruta da mesma chacara, encanadas por tubos até dentro do edifício onde se distribuem e utilizam por 70 torneiras, oferece todas as garantias necessárias a um estabelecimento desta natureza.

A distribuição e inspecção das classes e estudos é pontualmente exercida pelos próprios Directores em conformidade com os estatutos, que servem á direcção geral deste estabelecimento.

O estudo das bellas-arts é feito nas horas vagas e de recreio.

Todos os encargos de responsabilidade moral e religiosa, que dizem respeito á educação dos jovens alumnos, são desempenhados imediatamente pelos mesmos Directores assim nos recreios como nos dormitórios, onde repousão conjuntamente.

Na cultura da intelligencia dos mesmos alumnos são constantemente auxiliados pelos professores respectivos; o ensino porém da moral, a guarda dos costumes, e emfim a cultura do coração é um encargo especial, que os Directores se tem imposto.

Os demais encargos do estabelecimento estão incumbidos a um mordomo de plena confiança, e a varios empregados intelligentes e activos no cumprimento de seus deveres.

No que diz respeito á parte hygiénica e tratamento dos docentes, execuítão-se com inteira pontualidade as indicações do medico do estabelecimento.

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1870, p. 424.

Os preceitos relativos ao espaço físico racionalizado, aos cuidados, asseio e higiene dos alunos constituem-se em uma recorrência nos periódicos analisados. Nas

propagandas, princípios caros aos médicos da Corte compareciam com muita freqüência na descrição do ambiente, vigilância e prioridades estabelecidas pelos comerciantes da instrução.

Essa era uma imagem capaz de agregar valor ao negócio, já que indicava adesão às prescrições derivadas da ordem médica, sinal dos cuidados e da orientação adotados pela instituição, funcionando, igualmente, critério de distinção em relação à numerosa e heterogênea oferta de serviços escolares na capital do Império.

Assim, acompanhando as propagandas nas duas décadas consideradas para análise, 1870 e 1880, vê-se que, cada vez mais, os proprietários de escolas passaram a valorizar o ar puro, ambientes espaçosos, salubres, limpos e punição contra maus comportamentos para produzir e fazer circular com os anúncios uma representação de escola ajustada às demandas sociais que procuravam atender, o que faria da escola um instrumento de afirmação e reprodução de determinados saberes, mas também de acumulação material.

Essa equação oferece, de nosso ponto de vista, uma pista potente para se compreender a publicidade de escolas nos impressos, mas também ajuda a pensar as escolas como comércio e o jogo concorrencial exibido pelo recurso à publicidade.

Considerações finais

Ao finalizar esse artigo, consideramos que ainda é necessário investigar mais o comércio da instrução mantido pelos religiosos católicos recorrendo a outras fontes diferentes das propagandas de jornais, revistas, almanaque ou folhetins, haja vista que muitos estabelecimentos não apareciam na publicidade no século 19.

Convém observar mais uma vez que a iniciativa particular era composta por muitos e diferentes empreendimentos em prol da difusão do ensino primário e secundário, como protestantes, leigos, maçons, católicos, indígenas, espíritas e etc. Por isso, os que aqui foram mencionados são apenas alguns poucos entre tantos outros que participaram do nascente e lucrativo mercado da instrução. Neste sentido, os elementos aqui analisados constituem-se em vestígios de um processo de escolarização, cuja investigação requer continuidade e aprofundamento.

Entretanto, com o estudo realizado é possível perceber que o comércio pouco ou nada apresenta de uniforme ou homogêneo. No que se refere aos estabelecimentos criados e mantidos pela Igreja Católica, eles também são revestidos de grande heterogeneidade. Esta característica pode ser percebida na estrutura física, uns pequenos e baratos, outros adaptados, alguns bem equipados, caros e espaçosos, ou

pelo público atendido, igualmente diversificado em virtude das características de cada iniciativa.

As crianças que freqüentavam as aulas integravam famílias de posses, lavadeiras, comerciantes, profissionais liberais e professores, por exemplo. Mesmo que se considere caro o preço das mensalidades para manter um aluno pobre num daqueles colégios da Corte Imperial, é necessário observar que o preço não se tornou um impedimento para tal.

Muitos estabelecimentos, como o Collegio Venerando, recebiam gratuitamente meninos ou meninas nas suas aulas como pensionistas (cinco vagas), meio-pensionistas (cinco vagas) e externos (vinte vagas). O padre José fez questão de registrar esta sua prática no anúncio de 1889.

COLLEGIO VENERANDO **60 RUA DO SENADOR EUZEBIO 60**

DIRIGIDO PELO

Padre José Venerando da Graça

Recebe internos, meio-pensionistas e externos, e prepara-os para as academias do Império, Colégio D. Pedro II e comércio.

A casa onde funciona é elegante, arejada e essencialmente saudável; com chácara e jardim para recreio, abundância d'água, chuveiros, e tanques para banho quente e frio.

O director mora no estabelecimento, com sua mãe, que é uma outra mãe dos alunos.

Educação moral severamente cuidada, professorado criteriosamente escolhido; e não há castigo corporal, por maior que seja a falta do alumno.

Mesa abundante e variada, não há janta de entarda, e pensões commodas.

As pensões pagas por trimestre, sofrerão um abatimento razoável, as imediatas daquelle, que mandar para o collegio mais de um filho.

Os alumnos dão suas lições todos os dias, porque os professores substituem-se mutuamente em suas faltas.

Os que faltarem à aula, deverão trazer participação por escripto da pessoa sob cujo governo estão, assim como por escripto deve ser todo o recado dirigido ao director.

Os alumnos, desde as classes mais atrasadas, fazem no collegio exames trimensais, para que melhor se preparam nas lides escolares, e assim se habilitem para os exames gerais na Instrução Pública.

O collegio que, desde sua fundação, tem sempre recebido alumnos gratuitos, limita o numero desses benefícios até 30, sendo: 5 internos, 5 meio-pensionistas, e 20 externos, na forma do Regulamento em vigor.

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1889, p. 60.

Da mesma forma, o Estado Imperial subvencionava colégios particulares para que atendessem a matrícula de meninos e meninas pobres de modo que recebessem a instrução primária como observamos anteriormente. Neste caso, trata-se de um dos indícios do que apontamos como imbricação do poder público e privado no século 19.

Nestes termos, comprehende-se que há o problema do entrelaçamento destas forças, da demarcação entre as instâncias que estava sendo gradativamente forjada e legitimada ao longo do século 19. A fronteira entre estes poderes parece ser bastante tênue, o que faz com que o Estado Imperial possa ser caracterizado pela indeterminação entre a sociedade civil e a sociedade política. O público e o privado não eram instâncias separadas e antagônicas, estavam confundidas, mescladas, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando monopólios e interesses distintos (Mattos, 2004).

Para Goulemot, esta indistinção ocorria em diversos âmbitos: social, político, econômico, cultural. Nestes, é que “se avizinharam os dois espaços unidos” (Goulemot, 1991, p. 224). Neste sentido, a fonte que ainda merece ser mais explorada, *O Apóstolo*, impresso de circulação nacional, uma força de comunicação, doutrinação e disciplinarização das idéias e dos discursos importante para a instituição religiosa, pode nos fornecer vestígios, indícios e rastros que permitiriam refletir melhor acerca das práticas educativas criadas e mantidas pela igreja e, ao mesmo tempo, a perspectiva de alguns representantes da mesma acerca das relações estabelecidas entre ela e o Estado Imperial.

Tanto quanto aprofundar as reflexões acerca das relações entre as forças públicas (Estado) e particulares (Igreja Católica), a análise dos efeitos e implicações da realidade que se estabelecia naquele tempo demanda interrogações e reflexões aprofundadas, no intuito de expandir a possibilidade de compreender melhor as mediações que envolvem a educação escolarizada no Brasil daquele tempo e dos dias atuais.

Referências

CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves (orgs.). *Estado, igreja e educação: o mundo ibero-americano nos séculos 19 e 20*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Revista Educação & Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 1, 2004, p. 139-159.

FILHO, Geraldo Inácio; RIBEIRO, Viviane. Escola pública *versus* escola confessional: as escolas presbiterianas rurais na região do Alto Parnaíba, MG. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia: UFU, n. 3, 2004, p. 167-175.

GOMES, Daniela Gonçalves. As ordens terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontano (1844-1875). *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá: Anpuh, v. 1, n. 3. Maringá, 2009.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: SBHE, n. 5, 2003, p. 93-124.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves; TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. A Instrução reformada: ações de Couto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. Anais ... Curitiba: SBHE, 2004.

GOULEMONT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 359-397.

LE GOFF, Jacques. *Memória. História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da instrução no século 19: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas*. Rio de Janeiro: Uerj, 2010. 282f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no Sul do Brasil - Porto Alegre, século 19. *Revista História*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, n. 12, 2006.

TAVARES, Kelly Chaves. Solidariedades, contendas e mediações: pactos entre a Igreja Católica e o Estado em torno da Lei do Ventre Livre no Pará (1871-1880). In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá: Anpuh, v. 3, n. 9, 2011, p. 29-44.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil e a sociedade brasileira*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

SANTOS, Hércules Pimenta dos. *Católicos e protestantes: escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros em Belo Horizonte (1900-1950)*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais.

SCHUELER, Alessandra; LIMEIRA, Aline de Moraes. Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte imperial. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas: Unicamp, v. 32, 2008, p. 48-64.

ALINE DE MORAIS LIMEIRA é estudante do curso de doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, integrante do Núcleo de Ensino em História da Educação da Uerj e pesquisadora-bolsista da Fundação Biblioteca Nacional.

Endereço: Estrada Sete Riachos, 825 - bloco 1/101 - 23098-006 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

E-mail: aline.de.moraes@oi.com.br.

FÁTIMA NASCIMENTO é estudante do curso de Pedagogia e bolsista de iniciação científica do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj.
Endereço: Rua Lino Teixeira, 59/201 - 20970-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.
E-mail: fnascimento2006@gmail.com.

Recebido em 10 de março de 2012.
Aceito em 11 de julho de 2012.